Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Na UnB, recado aos militares

» FERNANDA STRICKLAND
» TAÍSA MEDEIROS
» VICTOR CORREIA

Ed Alves/CB/D.A Press

Carta da Universidade de Brasília destacou que os militares são participantes do processo eleitoral, e não fiscais

Brasília também foi palco de atos em favor da democracia e o principal evento foi na Universidade de Brasília (UnB), com a presença de estudantes, professores e representantes sindicais. O documento elaborado pela instituição foi contundente ao criticar a atuação dos militares no atual processo eleitoral, considerando que é indevida e inadequada.

"Ao presidente da República cabe manter, defender e cumprir a Constituição, respeitando, entre outros, o princípio da separação e do livre exercício dos poderes. (...) Não compete ao ministro da Defesa interferir no processo eleitoral e nem é das Forças Armadas a condução desse processo (...). São inadmissíveis, assim, os ataques reiterados do chefe do Poder Executivo ao TSE e ao sistema eletrônico de votação, com apoio de integrantes das Forças Armadas; são intoleráveis as ofensas pessoais às autoridades do Poder Judiciário", apontou o documento da UnB.

No evento da universidade, foram lidas quatro cartas: uma dos estudantes de direito, uma da Faculdade de Direito, uma da Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral, além da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito* — a mesma que foi lida na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.

Mas não houve manifestações apenas na UnB. À tarde, movimentos de várias correntes organizaram um ato na Esplanada dos Ministérios. A concentração foi em frente à Biblioteca Nacional e dali os participantes saíram em direção ao gramado em frente ao Congresso — onde vários discursos foram feitos. Ao final, todos dirigiram-se para o Teatro Nacional.

> **Não compete ao ministro da Defesa interferir no processo eleitoral e nem é das Forças Armadas a condução desse processo (...). São inadmissíveis, assim, os ataques reiterados do chefe do Poder Executivo ao TSE e ao sistema eletrônico de votação, com apoio de integrantes das Forças Armadas"**
>
> ***Trecho da carta da UnB***

O ato foi composto, principalmente, por estudantes e movimentos estudantis, uma vez que ontem também celebrado o Dia Nacional do Estudante. Participam movimentos como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União da Juventude Socialista (UJS), o movimento jovem Juntos! e partidos de esquerda — como o PCB, PT, PV e PSol.

Congresso

No Congresso, a principal manifestação foi a do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele utilizou as redes sociais para também defender a democracia e enfatizar o papel do Poder Legislativo na garantia de direitos.

"O Congresso Nacional sempre será o guardião da democracia e não aceitará qualquer movimento que signifique retrocesso e autoritarismo. Não há a menor dúvida de que a solução para os problemas do país passa necessariamente pela presença do Estado de direito, pelo respeito às instituições e apoio irrestrito às manifestações pacíficas, à liberdade de expressão e ao processo eleitoral. Desenvolvimento, bem-estar e justiça só prosperam em ambiente de livre pensamento, base da verdadeira pátria livre e soberania", tuitou Pacheco.

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL) e é um dos caciques do Centrão, manifestou-se mais timidamente em relação aos atos em todo o país. "A Câmara dos Deputados é o coração e a síntese da democracia. É a sua representação maior, pela sua diversidade e convivência harmônica e permanente dos divergentes", publicou.

Mauro Pimentel/AFP

No espaço entre os pilares da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), foi lida a carta da USP em defesa da democracia

Bolsonaro publica ironia e desvia o foco

» FABIO GRECCHI

Para Jair Bolsonaro (PL), ontem foi um dia importante, sim, mas não por causa dos manifestos que se espalharam pelo país em defesa da democracia. O presidente preferiu desviar o assunto e chamar a atenção, na sua conta do Twitter, para a mais uma redução no preço do óleo diesel.

"Hoje, aconteceu um ato muito importante em prol do Brasil e de grande relevância para o povo brasileiro: a Petrobrás reduziu, mais uma vez, o preço do diesel. A redução representa queda de R$ 0,22 por litro. O presente mês acumula redução de R$ 0,42 por litro de diesel. Já estamos entre os países com o menor preço médio de combustíveis do mundo, no cenário atual", publicou.

Se Bolsonaro preferiu se ater à questão dos combustíveis, o mesmo não fez o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Ele decidiu atacar as manifestações e, embora em momento algum o presidente tenha sido citado nos discursos ou nos documentos que foram lidos, classificou os atos como sendo articulados pela oposição ao governo.

"Ato pela democracia? Sim! Ato pela democracia de fazer um Ato de oposição! Um ato contra o governo é democrático. Mas tem que ser chamado pelo que é: ato pela democracia de fazer oposição. A democracia não tem disfarces", tuitou. Mais cedo, ele se alinhou a Bolsonaro e também citou a queda no preço do diesel.

Mas, se o presidente buscou tratar de outro tema que não os atos em defesa da democracia, seus adversários na corrida presidencial enfatizaram a necessidade de defendê-la. O petista Luiz Inácio Lula da Silva ligou o estado de direito aos avanços sociais e às pautas que fazem parte do seu plano de governo.

"Defender a democracia é defender o direito a uma alimentação de qualidade, a um bom emprego, salário justo, acesso à saúde e educação. Aquilo que o povo brasileiro deveria ter. Nosso país era soberano e respeitado. Precisamos, juntos, recuperá-lo", conclamou.

Mãos dadas

Lula retuitou, ainda, uma postagem do seu vice, Geraldo Alckmin. "Os brasileiros deram as mãos hoje para defender a democracia. É um 11 de agosto histórico. Como em 1977, estamos unidos pelo que mais importa. As pessoas passam, mas as instituições ficam. Vamos juntos reconstruir o Brasil", exortou.

Ciro Gomes, candidato do PDT, deixou claro que as manifestações foram uma reação ao presidente. "Um momento de união de diferentes segmentos contra os recorrentes ataques de Bolsonaro aos nossos direitos, ao sistema eleitoral e ao próprio regime democrático — que é a maior de todas as nossas conquistas. Este é um compromisso de todos nós", tuitou.

A candidata do MDB à Presidência, Simone Tebet, em publicação na rede social, foi outra que exaltou os atos de ontem. "Estado de Direito sempre! No Dia do Estudante, no histórico dia 11 de agosto, a sociedade levanta sua voz em defesa da democracia. Assinei o manifesto. Tenham certeza do meu compromisso. Minha candidatura representa exatamente isso: democracia sempre. Tolerância, paz e respeito."

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Manifesto resgata narrativa da luta contra a ditadura

A Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito, lançada ontem nas arcadas da tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), na sequência do manifesto de empresários e sindicalistas organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) como o mesmo objetivo, resgatou a narrativa da luta pela democracia que aprofundou o isolamento e levou à derrota o regime militar. Organizado por ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), juristas, professores e alunos, o manifesto pode chegar a 1 milhão de assinaturas.

É uma ironia tudo isso. Tanto fizeram o presidente Jair Bolsonaro (PL), os generais que o cercam no Palácio do Planalto e seus apoiadores, saudosistas do regime militar, nos ataque às urnas eletrônica, à Justiça Eleitoral e ao STF, que o mundo jurídico reagiu em defesa dos postulados básicos da democracia e conseguiu galvanizar o apoio da sociedade civil. Isso ficou muito evidente no Largo do São Francisco e em dezenas de outras cidades brasileiras. Não por acaso, o evento relembrou o manifesto lançado nas comemorações dos 150 anos dos cursos de Direito no Brasil, em 1977.

O evento de ontem reuniu remanescentes da manifestação realizada 45 anos atrás, que contou com a participação de cerca mil pessoas, que saíram em passeata no centro de São Paulo, em pleno regime militar. A leitura da nova carta foi realizada pelas professoras da Faculdade de Direito da USP Euníce de Jesus Prudente, Maria Paula Dallari Bucci, Ana Elisa Liberatore Silva Bechara (vice-diretora da instituição) e por um dos signatários da carta de 1977, Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, com 82 anos, ministro aposentado do Superior Tribunal Militar (STM).

> A NARRATIVA GOLPISTA DE BOLSONARO ASSUSTA A SOCIEDADE CIVIL, QUE SE MOBILIZA PARA DEFENDER A DEMOCRACIA. ESSE É O EIXO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES, MAS É A ECONOMIA QUE DECIDIRÁ O PLEITO

Em 1977, a motivação dos protestos foi o fato de a celebração oficial ter ficado a cargo do ex-ministro da Justiça Alfredo Buzaid, um dos autores do AI-5. Os juristas Bierrenbach, José Carlos Dias e Almino Affonso decidiram organizar um ato que realmente representasse a comunidade acadêmica e seu entendimento sobre a situação do país. O professor Goffredo Telles Júnior foi encarregado de redigir e ler o manifesto, que entrou para a história.

O contexto era completamente diferente. O general Ernesto Geisel operava uma abertura política "lenta, gradual e segura", em resposta à derrota eleitoral do regime, em 1974. Milhares de pessoas haviam sido presas em 1975, a maioria ligada ao antigo PCB. O regime perseguia opositores, censurava meios de comunicação e não permitia a eleição direta de governantes.

Entre junho e agosto, 17 jovens militantes do antigo MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), entre os quais o atual deputado federal Ivan Valente (PSol-SP), haviam sido presos. Em resposta, houve uma grande manifestação de estudantes na PUC do Rio de Janeiro.

Não por acaso, os signatários da *Carta aos Brasileiros* começavam o documento declarando-se decididos "a lutar pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras". O texto de 14 páginas terminava afirmando: "A consciência jurídica do Brasil quer um a cousa só: o Estado de Direito".

O documento, de certa forma, serviu para unificar o movimento democrático, que desaguou na vitória do MDB nas eleições de 1988 e na campanha da anistia para os presos políticos e exilados, que viria ser aprovada em 1979. Daí em diante, da nova derrota eleitoral de 1982 até a eleição de Tancredo Neves, no colégio eleitoral, em 1985, o regime foi se desagregando, até a derrota final dos militares.

Hoje, a situação é completamente diferente. Generais voltaram ao poder pelas mãos de um ex-capitão que deixou a ativa por indisciplina e se elegeu presidente da República. O Centrão substitui a antiga Arena, da qual o PP é o legítimo sucessor, no controle do Congresso. Entretanto, o poder moderador na República é exercido pelo STF e não pelas Forças Armadas, embora o atual ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, se comporte como se fosse xerife das eleições.

A narrativa golpista de Bolsonaro assusta a sociedade civil, cujas lideranças se uniram para defender a democracia sem a intermediação dos partidos. Esse é o eixo político institucional da disputa eleitoral em curso, mas é a situação da economia que decidirá o pleito. Por meio da chamada PEC Emergencial, que desconsidera a legislação eleitoral, o governo usou o peso do seu poder econômico para mudar a correlação de forças nas eleições. Por isso, Bolsonaro tripudia do manifesto.